



A IDENTIDADE CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS DO MST NO BRASIL

The Camponesa Identity in the Seatings of the MST in Brazil

Dherwerson dos Santos Silva¹
Mauro José Ferreira Cury²

Recebido em: outubro de 2015
Aceito e Publicado em: dezembro de 2015

Resumo

A expansão recente das relações capitalistas no campo na expropriação dos meios de produção dos pequenos agricultores, dos quais se destaca a terra, fez muitos camponeses se deslocarem para as cidades. Mas, neste contexto de expropriação, foram forjadas diversas lutas vinculadas aos movimentos sociais pela permanência ou retorno a terra, fazendo surgir, a partir do início da década de 1980, os primeiros assentamentos de reforma agrária. A conquista da terra de assentamento levou as famílias a declinarem atenção para a organização para produzir gêneros de subsistência/autoconsumo e comercial base familiar, cooperativas, grupos coletivos, etc. Neste entorno a construção da identidade camponesa nos assentamentos reúnem aspectos importantes: a luta pela terra, a família, o trabalho, a produção e as tradições culturais. Por vez, a agricultura camponesa é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, trabalho e a renda é controlado pela família. De modo geral os camponeses veem a luta pela terra associada aos seus direitos de se reproduzir diretamente como indivíduo inserido na sociedade e com cultura própria, o que destaca sua identidade. A luta pela terra significa a luta pela vida, pelos seus direitos e principalmente pelo respeito da sociedade. Neste contexto tem-se por objetivo analisar a construção da identidade camponesa pautada pelo movimento dos sem terra, pois é através de lutas e conquistas do assentamento que o camponês tem construído sua identificação, também objetiva se destacar a diferenciação da agricultura camponesa e agricultura familiar de uma agricultura do capitalizada. A autonomia no campesinato e sua identificação como camponês é que tem feito com que os assentados ainda permaneçam no campo, de modo que sua autonomia é determinada sobre sua força de trabalho e produção.

Palavras-chave: Campesinato, Identidade, Lutas, Assentamentos.

Abstract

The recent expansion of capitalist relations in the countryside in the expropriation of the means of production of small farmers, among which the earth, made many farmers move to the cities.

But in this context of expropriation, many linked to social movements by staying or returning to Earth, giving rise to struggles were forged, from the beginning of the 1980s, the first agrarian reform settlements. The conquest of the land settlement led families to declining attention to the organization genres to produce subsistence / consumption and family-based business, cooperatives, collectives, etc.. In this environment the construction of identity in peasant settlements together key aspects: the struggle for land, family, work, production and cultural traditions. For once, peasant farming is a form of production in which the core-making, job and income is controlled by the family. Generally farmers see the struggle for land associated with its rights to reproduce directly as within society and with its own individual culture, which emphasizes his identity. The struggle for land means the fight for life, for their rights and especially the respect of society. In this context, the objective is to analyze the construction of peasant identity guided by the landless movement, for it is through the struggles and achievements of the settlement that the peasant has built its identification also aims to highlight the differentiation of peasant agriculture and family farming the capitalized agriculture. The autonomy of the peasantry and its identification as a peasant is that has caused the settlers remain in the field, so that their autonomy is determined on its workforce and production.

Keywords: *Peasantry, Identity, Fights, Settlements.*

INTRODUÇÃO

O surgimento dos assentamentos de sem-terra é resultante das lutas nos movimentos sociais, principalmente, pela conquista da terra. A partir da terra conquistada os assentados procuram organizar a produção, sobretudo em base familiares, para garantir a sua existência camponesa. A organização da produção também se constitui numa luta muitas das quais são aprendidas no período do acampamento.

As lutas camponesas não se iniciaram com a ação dos sem-terra, pois estão presentes no campo brasileiro desde um passado distante que remonta o século XIX, como foi o caso do movimento dos camponeses de Canudos, Contestado, etc. No século XX, destacaram-se as lutas das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste, dos posseiros da Amazônia, pequenos agricultores subordinados no sul, dos sem-terra, esta espacializada em todo o Brasil, dentre outras. Este conjunto de lutas possui cada uma delas características específicas, o que destaca como as lutas no campo.

Para entender o campesinato é importante o reconhecimento das características que envolvem a constituição histórica das lutas pela terra e a efetivação de assentamentos de reforma agrária, que possibilitaram alternativas de inclusão social as famílias, na medida em que conquistaram um lugar melhor para viver e neste caso a identidade camponesa se torna nosso objeto de estudo, que tem possibilitado entender a diferença da agricultura camponesa da

agricultura do agronegócio.

Neste contexto objetiva-se entender a construção da identidade camponesa e qual o seu papel como ator social na construção dos assentamentos, assim como a diferenciação dos atores presentes no campo como é o caso do agricultor camponês, familiar e capitalizado. Sendo assim o artigo está dividido em subtítulos da seguinte forma: *construção da identidade camponesa* que visa entender como ocorre a identificação camponesa, *reprodução do território camponês* com a definição de território e qual seu papel enquanto reprodutor das relações sociais e identitárias e por último a *caracterização da agricultura camponesa e agricultura familiar* demonstrando a especificação de cada modo de se produzir.

Segundo Farias (2002, p.12), o assentamento é o espaço-tempo de conflitos e reconstruções e nele as famílias vivem uma nova fase, resgatando e reconstruindo formas de sociabilidade, em um movimento de permanência e reconstrução da experiência e do modo de vida. Trata-se do momento que deverá produzir e encontrar alternativas de permanência na terra em um novo espaço social conflituoso, onde as relações de poder são reforçadas diante da necessidade de legitimação de diversos projetos que orientam as ações e a vida cotidiana.

Neste sentido, o assentamento se torna uma unidade territorial onde ocorre uma reorganização das relações sociais e identitária. Unidade social local de identidade e de pertencimento a partir da vivência de experiências comuns. Seu processo é bastante complexo e a atenção na construção de caminhos metodológicos e analíticos são fundamentais para sua compreensão, ao qual tem justificado o se pensar sobre a construção dessa identidade camponesa pautada a partir dos assentamentos organizados pelo MST.

A agricultura camponesa é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e renda é controlado pela família que diversificam as atividades para aproveitar as potencialidades da propriedade, potencializando a mão-de-obra disponível, e aumentar a renda.

A trajetória de vida dos assentados é marcada por muitas lutas, iniciada, na maioria das vezes, no acampamento. Assim, faz-se necessária uma discussão sobre o tema para compreender o contexto de resistência na terra feita pelos camponeses assentados, pois as alternativas de produção camponesa criada no assentamento está relacionada às experiências de lutas.

Na busca por melhores condições de vida nos assentamentos de reforma agrária, destaca-se a implantação das práticas de atividades que possam gerar renda as famílias assentadas, que possibilitam autonomia, manutenção na terra e do modo de vida camponês.

Os assentamentos de trabalhadores camponeses possuem características que o difere de qualquer outra propriedade rural, sendo delineada pela trajetória de vida e a forma pela qual é conquistada a propriedade que tem um valor sentimental pelo camponês, pois lhe confere a sobrevivência em meio ao sistema capitalista empreendido.

DESENVOLVIMENTO

Construção da identidade camponesa

A identidade é o conjunto das características e dos traços próprios de um indivíduo ou de uma comunidade. A identidade é construída socialmente e desenha escolhas políticas de grupos humanos.

De acordo com Chartier (1990) construção de identidade esta muitas vezes relacionada às relações de poder, de modo que no processo de diferenciação quem exerce o poder de representar também exerce o poder de definir a apropriação dos bens simbólicos e materiais. Há assim, muitas vezes, nas construções identitárias lutas de representações, em que a construção de sentidos de identidades deve ser vista não apenas como forma de dominação, mas também de resistência.

De acordo com Santos (1993, p.31) as identidades culturais “não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação, escondem negociações de sentido, identidades são, pois, identificações em curso”, de modo que a identificação camponesa se torna uma cultura em desenvolvimento, ao passo que os camponeses carregam características dos seus antepassados e que são lembradas em festividades.

Apesar destes deslocamentos, Hall (2006) afirma que dentre os aspectos que podem definir a identidade cultural de um povo está a cultura nacional, sendo que para o autor a nação não é somente sinônimo de território ou organização política, mas um sistema de representações e de padronizações culturais como a língua e o sistema educacional. A cultura nacional reúne características que apesar de não estarem literalmente impressas em nossos genes são pensadas pela cultura moderna como algo essencial, formado e transformado pela representação.

Ao constituir o assentamento, os camponeses sem-terra constroem uma nova concepção de espaço criando uma identidade de culturas; processos de organização, produção, novas relações com o mundo, entre as pessoas e com a própria luta.

O assentamento surge como um movimento sociocultural que se institucionaliza na trajetória de constituição de sua própria identidade. As pessoas que hoje são assentadas, num

primeiro momento, passaram por um processo de desterritorialização, perdem parte de sua identidade, enquanto pequenos proprietários, arrendatários ou trabalhadores empregados. Trazem consigo sua cultura anterior, passando agora pela construção de uma nova identidade, uma nova territorialidade a partir da organização do assentamento.

A identidade de um lugar se dá a partir da construção de vivência. E esta, é construída por meio das relações sociais existentes, da cultura, e da oportunidade de ter seu trabalho. No caso dos assentamentos, a terra é o meio de produção primoroso, por que é dela que vem a dignidade humana. O lugar é onde temos vínculos que são as razões que nos fizeram morar ali. Os vínculos podem ser: os familiares, proximidade do trabalho, condições econômicas, entre outras (LOPES, 2005).

A identidade camponesa é construída respeitando a historicidade, tradição e costumes desse ator social chamado camponês. Essa identidade pode ser percebida como a fonte de significado e experiência de um povo. No que diz respeito a atores sociais, entende-se por identidade o processo de construção de significados com base em um atributo cultural. Para um determinado indivíduo ou um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (CASTELLS, 2002, p. 22).

A identidade camponesa é constituída no interior do assentamento enquanto família e suas necessidades. Camponeses são como cuidadores da sua propriedade e a família tem papel fundamental no trabalho.

O universo camponês feminino é tão importante quanto o masculino. A mulher conduz seus próprios espaços, e sua atividade é tão fundamental para a reprodução social da família quanto a do homem, ainda que menos visibilizada se comparada à dele no plano público e voltada mais para a reciprocidade que para o mercado (Woortmann, 1992).

O esforço para entender o mundo camponês deve ser no sentido de compreendê-lo em seus próprios termos. De acordo com Geertz (1975), deve-se ler seu mundo “por sobre seus ombros”, em busca de uma aproximação de sua perspectiva sobre a natureza e o trabalho, ainda que consciente de que é tão-somente uma aproximação; nunca todos os seus conhecimentos, toda a plenitude de seu saber e de sua sabedoria.

Fabrini (2001, p.34) argumenta que “o camponês assentado possui consciência construída no processo de seu trabalho e uma forma de conceber a produção no campo diferente daquela vivida pela agricultura capitalizada”, neste processo de construção de sua identidade o camponês

esta pautado no seu modo de produzir uma policultura que muitas das vezes caracterizada pela subsistência de sua propriedade contrapondo a lógica mercadológica da agricultura capitalizada.

A identidade camponesa ainda esta relacionada com a luta pela terra, que se destaca como local em disputa, compreender essa luta pela terra é espelhar como o espaço é vivido, o espaço se torna o território camponês sendo vital para produzir suas relações sociais e culturais, onde a identidade camponesa está em curso.

A identidade camponesa é algo que se forma no transcorrer da luta, alguns adquirem essa identidade com maior velocidade, outros não, isto demonstra que as ações realizadas no interior do assentamento são de fundamental importância para a construção dessa nova identidade.

Assim, os camponeses na busca de construir uma nova identidade, constroem um novo sentido para sua existência por meio de novos processos políticos e culturais de afirmação de valores mais significativos e solidários.

Reprodução do território camponês

De acordo com Souza (1995, p. 81) “territórios existem e são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, da mais acanhada, territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”.

De acordo com Haesbaert o território da uma identificação ao sujeito que sobre ele esta inserido.

“o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva”.(HAESBAERT 1997, p.41)

Um dos meios pelo qual o camponês assentado reproduz suas relações de poder se destaca por produzirem seu próprio território, que se define como um espaço concreto com limites definidos, “em graus diversos, em momentos diferentes e lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios” (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Portanto, o território rural, manifesta-se a partir de um campo de luta que apresenta em sua paisagem assentamentos de reforma agrária, ou seja, assentamentos conquistados pelo MST

(Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Então, o território rural, como campo de luta, vai a cada momento sofrendo confrontos e lutas. Os assentamentos do MST vão surgindo como experiências de desterritorialização de propriedades que por longa data impediram que outro modo de vida que um grupo pudesse existir.

Durante esse processo, “o território se firma no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. No entanto, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Sendo assim, percebe-se que o território é composto por ação e poder que se manifestam por pessoas ou grupos, apresentando-se, durante o processo de produção e formação, de inúmeras formas.

De acordo com RAFFESTIN (1993) todos nós criamos variadas relações de poder produzimos nosso próprio território, de modo que com o camponês não se difere. O camponês reproduz seu próprio espaço e nesse espaço se reproduz suas relações de poder.

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o espaço visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 5)

Um dos meios pelo qual os camponeses reproduzem suas relações de poder se destaca com a produção de projetos, de modo diferenciados sendo gestados, que se chocam e se misturam: do MST, do Estado e das famílias, essas apresentam um projeto alicerçado em uma variedade de relações e experiência construídas pelos sujeitos ao longo de suas vidas, quase sempre, resultante da longa busca por dias melhores.

Fabrini (2001, p. 24) argumenta que “nos assentamentos de reforma agrária ocorre a possibilidade de se colocar em prática uma nova proposta de produção no campo, de um novo homem, ou seja, a proposta de uma nova sociedade”, neste contexto o assentamento surge como uma nova forma de ressocialização do camponês, retirada desse indivíduo que outrora vive as margens da sociedade, que tem sua retomada da sua identidade camponesa a ocupar o campo, um “novo território a um novo homem”.

Fabrini (2001 p. 26) ainda destaca que os assentamentos de sem-terra não são apenas lugares dedicados à produção agrícola e pecuária, mas também o lugar do debate político sobre a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas. Os assentamentos rurais permitem que as famílias alimentem esperanças de que construirão um novo tempo, mas não longe de conflitos e

de dificuldades, que em certos momentos, fogem ao controle do projeto familiar que vai sendo gestado e modificado constantemente. Por isso, as relações sociais nos assentamentos não podem ser compreendidas com linearidade.

O acesso à terra expressa ao camponês a condição de produtor, de modo que as lutas são traduzidas em outro contexto que se destaca por melhorias na infraestrutura da propriedade, assistência técnica, políticas agrícolas entre outras. A partir da conquista de sua propriedade os assentados tem se preocupado em colocar em práticas variadas formas de organização de sua produção.

A apropriação da terra no modo de produção camponês pautado no processo do trabalho é diferente do modo de produção capitalizado, ao passo que o camponês ao utilizar a terra retira dela a sua renda, no contexto capitalizado essa apropriação se desenvolve com a exploração da força de trabalho e da terra, onde é retirado o capital. Sendo assim da mesma forma que o capital cria condições para apropriar se e explorar o trabalho assim o faz com a terra.

A conquista da terra possibilita a construção de uma nova história de vida para os camponeses. A conquista da terra representa a garantia do alimento para a sobrevivência da família e garantia de abrigo. Portanto, mesmo não dispondo de uma vida confortável, estável economicamente, os camponeses veem no assentamento uma situação bem melhor onde podem produzir alimentos que garante sua sobrevivência.

Caracterização da agricultura camponesa e agricultura familiar

Apontar algumas características da produção camponesa é essencial para construir essa identidade camponesa. Neste contexto a agricultura brasileira pode ser subdividida de acordo com as características socioeconômicas e tecnológicas. Ao longo do tempo tem-se distinguido a agricultura camponesa de agricultura comercial ou empresarial. Há também diferença conceitual de agricultura camponesa de agricultura familiar.

Carmo (1999), abordando o perfil da agricultura brasileira, se refere à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção e rentabilidade econômica. Segundo o autor deve se levar em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa

separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar, estes fatores estão intimamente relacionados.

Guanziroli e Cardim (2000) definem como agricultores familiares aqueles que atendem às seguintes condições: direção dos trabalhos no estabelecimento exercida pela família; mão-de-obra familiar superior ao trabalho contratado, área da propriedade dentro de um limite estabelecido para cada região do país (no caso da região sudeste do Brasil, a área máxima por estabelecimento familiar é de 384 ha).

Assim, a maioria das definições de agricultura familiar baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

Fernandes (2001) argumenta que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não se determina um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa.

Abramovay (1992) discute que a agricultura familiar está altamente integrada ao mercado, sendo capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais.

Por sua vez, a agricultura camponesa possui especificidades que a difere desta forma de agricultura familiar. A economia dos camponeses se caracteriza por formas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção e pela economia de autoconsumo.

O camponês é o sujeito que utiliza a terra como meio de sobrevivência, plantando e colhendo o que necessita para a sua mesa e para comercializar. Este homem e mulher do campo são conhecedores da natureza, dos astros e dos elementos que está ao seu redor, sabe a direção do vento, da chuva, seu conhecimento já existia antes mesmo da ciência.

O camponês se difere do indivíduo assalariado puro do campo, que trabalha constantemente sob as ordens de um proprietário capitalista. O camponês está ligado à terra como se estivesse ligado por um cordão umbilical.

Podemos caracterizar o camponês de diferentes maneiras. Segundo Moura (1986), o camponês pode ser definido como o cultivador de pequenas extensões de terra, a qual tem domínio e controle da família.

Moura (1986) ainda utiliza outra definição de camponês como cultivador que trabalha a terra, diferentemente de quem apenas gerencia a propriedade rural. Entendidos de cultivadores, pois de acordo com seu trabalho e de sua família, se dedicam a plantar e destinar os excedentes da sua produção aos que não trabalham a terra.

Tavares dos Santos (1978) argumenta sobre a força de trabalho familiar e a posse da propriedade da terra que são elementos fundamentais para entender este sujeito camponês.

Há o caso dos camponeses não proprietários, conhecidos como parceiros, posseiros, arrendatários, etc. A parceria surge da ausência de força de trabalho ou terra, já que o arrendatário não tem a posse da terra. Dessa forma, o camponês escolhe um parceiro para dividir os custos e os ganhos da produção.

O camponês arrendatário utiliza a terra como se fosse sua, porém não sendo proprietário. A utilização da terra é mediante o pagamento de aluguel, a renda da terra pode ser paga na forma de renda de trabalho, em produto ou em dinheiro.

Os camponeses posseiros não pagam pela utilização da terra. Estes têm avançado sobre as terras desocupadas, sendo uma forma de garantir a sua sobrevivência através de sua produção. O camponês posseiro se diferencia dos outros camponeses por não precisar pagar a renda da terra, porém este camponês não está livre de ser pressionado pelo capital, fazendeiros ou Estado.

A condição de proprietário e da posse da terra representa para o camponês a sua liberdade e autonomia sobre o seu trabalho e produto. Desta forma, a propriedade da terra é importante para a existência camponesa, como também a garantia de trabalho e subsistência da família.

Para o camponês, a propriedade e os instrumentos de trabalho é fundamental no desenvolvimento de sua forma de trabalho, que se difere da propriedade capitalista atribuída a exploração do trabalhador. A propriedade capitalista tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho.

A subordinação do camponês ao capital está desta forma pela sujeição de sua força de trabalho segundo Tavares dos Santos (1978). Por sua vez, Martins (1981) interpreta que ocorre a subordinação da renda da terra e não do trabalho ao capital. Em se tratando do camponês, não

ocorre separação do trabalhador dos seus meios de produção e nem sujeição do trabalho ao capital. O que está sujeita é a renda da terra.

A subordinação do camponês ao capital se difere a do operário. O camponês, mesmo submetido a mecanismos de exploração por parte do capital, é explorado diferentemente do operário. O camponês não sofre uma exploração perceptível na utilização da sua força de trabalho. A exploração se torna evidente na circulação dos produtos do trabalho exercido.

Para Tavares dos Santos (1978), tanto o camponês quanto o operário é uma pessoa livre, embora o trabalho do operário seja dependente. O camponês enquanto dono da terra não se torna totalmente livre, mas também não está totalmente submisso ao seu trabalho. A subordinação camponesa ao capital se diferencia do operário porque o que o camponês não vende é a sua força de trabalho, como o operário, mas sim o fruto do seu trabalho e repassa a renda da terra ao capital.

A subordinação camponesa ao capital não é pela força de trabalho que é vendida como mercadoria aos capitalistas. O trabalho não aparece como algo a ser comercializado. O camponês ainda em si possui conhecimento e os instrumentos de produção, sendo o mais importante a terra, e desta forma assegura o caráter parcialmente independente de seu trabalho.

A existência camponesa tem se tornado mais expressiva que a sua extinção. Moura (1986) ainda argumenta que é correto afirmar que há recriação, reformulação e até diversificação do campesinato. Neste sentido, o que ocorreu não é o desaparecimento do campesinato, mas sim uma adaptação. Este indivíduo que se transformou e foi transformado não perdeu sua identificação.

Moura (1986) define, diferentemente dos demais meios de produção, a terra não é reprodutível, porque o camponês ainda permanece sobre ela sem ser extinto pelo capitalismo. A resposta está na resistência camponesa e do próprio capitalismo que não o extingue. O capitalismo depende do campesinato, pois dele extrai a renda da terra.

As contribuições de Chayanov para o estudo da questão agrária são indispensáveis devido a sua originalidade. O autor expõe que cada família, conforme sua idade, constitui em suas diferentes fases um aparato de trabalho completamente distinto de acordo com a sua força de trabalho, a intensidade da demanda de suas necessidades, a relação consumo-trabalho e a possibilidade de ampliar os princípios da cooperação complexa. Ao estudar a unidade econômica

campesina Chayanov quer averiguar a força de trabalho camponesa como atividade econômica da família no campo e não a produção deste campo.

Segundo Santos (1975) o camponês está inserido em uma classe social definida pela forma de produção simples de mercadorias, forma de produção pela qual é produtor direto, e ao mesmo tempo, possuidor da propriedade dos meios de produção, sendo proprietário da terra, do capital e também o trabalhador.

Neste contexto é possível compreender que o camponês é o sujeito que possui suas especificidades, que difere diretamente do agricultor familiar e do assalariado do campo. Confirmando o que Molina Filho (1973) argumenta que a unidade camponesa é operacionada pelo trabalho familiar e que proporciona a subsistência da família. Nesta produção existe um pequeno excedente ao qual é comercializado no mercado que proporciona à família os meios para atender suas necessidades básicas.

A unidade produtiva camponesa não pode ser confundida com a empresa familiar, pois suas bases são bastante diferentes em termos de nível dos fatores de produção, das relações de produção, do volume de produção destinado ao mercado e da própria condição socioeconômica dos responsáveis e suas famílias.

O camponês tem a necessidade de converter parte da sua produção em tecidos, açúcar, ferramentas, medicamentos entre outros, tratando a produção como valor de troca, quanto ao valor de uso, dependendo das necessidades.

Segundo Carvalho (1978) o resumo da agricultura camponesa no Brasil está destacada pela pequena participação no mercado, pela policultura, tecnologia simples, mão-de-obra geralmente familiar, pequena área total da unidade, pequena área explorada, pequena utilização de capital, sendo que o responsável reside na área ou próximo à unidade produtiva.

Neste entorno o camponês tem sua autonomia sobre sua propriedade, da força de trabalho e de sua produção, a policultura tem garantido a sua subsistência no campo, sendo necessário comprar apenas o pouco da qual não se produz na roça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte da força produtiva nos assentamentos no Brasil é destacada pela unidade familiar, que busca desenvolver sua econômica na agricultura camponesa. Para entender esse desenvolvimento econômico da agricultura camponesa é importante o conhecimento das

peculiaridades que envolvem cada região do país, relacionadas às diversidades de cultivo, a cultura dos assentados e recursos na propriedade, como a mão-de-obra, recursos hídricos e financiamentos obtidos.

A identificação camponesa está intimamente relacionada à construção deste espaço designado assentamento, pois é a partir das lutas e a conquista pelo assentamento que os camponeses constroem sua identidade somadas com as experiências acumuladas nos últimos anos, principalmente através das diferentes formas de organização e mobilização consolidaram e conquistaram novas terras e espaço econômico.

O assentamento vai sendo idealizado a partir da sua apropriação, conquista da terra propriamente dita e é a partir de então que é construída a identidade camponesa, das lutas e seus atuantes. Neste contexto conflituoso pela posse da terra o território é onde emergem as diferentes lutas pela identidade.

A identidade é algo que se constrói através de um processo continuado de formação sempre em busca de sua perfeição. A identidade camponesa em solo brasileiro esta sendo arquitetada passo a passo junto com a história da formação do território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**. 1999 Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em fevereiro de 2011.

CARVALHO, João. C. M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis – RJ, 1978, 125 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade -A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol II. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem terra no Sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí**. Publicação AGB Corumbá, 1996. 173 p.

_____. **Os Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra Enquanto Território de Ações Coletivas/Cooperativas Através da Coagri** (Cooperativa de Reforma Agrária e Trabalhadores Rurais da Região Centro-Oeste do Paraná). Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FARIAS. **Assentamento Sul Bonito: as incertezas da Travessia na Luta pela Terra.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara. p.12-17, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

GUANZIROLI, C.H.; CARDIM, S.E. **Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto.** Brasília: Projeto de Cooperação Técnica, INCRA/FAO, p.56, 2000.

GRZYBOWSKI, C. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. 2. Ed. Petrópolis:Vozes, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11.ed. Rio de Janeiro: P&A, 2006.

HAESBAERT, R. (1997). Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em janeiro de 2011.

LOPES, A. P. Assentamento 1º de janeiro: estrutura e formas de vida das famílias. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Universidade de São Paulo. Mar. 2005. p. 7941-7961, 1 CD-ROM

MOLINA FILHO. J. Classificação e Caracterização Sócio-econômica dos Agricultores. Porto Alegre . 1974, p.65.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** SÃO PAULO – SP: Ática, 1986, 78 p.

ROMERO, Juan Ignácio. **Questão agrária: Latifúndio ou agricultura familiar** - 1 ed. - São Paulo: Moderna, 1998, 94 p.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos dos vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.** Tempo Social. Revista Sociologia USP, São Paulo, 1993.

SOUZA, M. J. L. (1995). O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e mestre do Programa de Pós-Graduação em Geografia nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. dherwerson@hotmail.com

² Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e do Programa de Pós-Graduação em Geografia nível de Mestrado da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon e Bolsista CAPES maurojfc@gmail.com